

Sarney não confirma que eleição de 82 seja indireta

Das sucursais e do serviço local

Deputados estaduais da Arena gaúcha revelaram em Porto Alegre que no encontro mantido pela bancada com o senador José Sarney, há 10 dias, o presidente nacional do partido admitiu que as eleições para os governos estaduais em 1982 ainda serão indiretas. No entanto, o líder do governo na Câmara, deputado Néelson Marchezan, garantiu ontem, ao embarcar para Brasília, que desconhece essa informação, pois "há interesse, vontade, intenção de fazer eleições diretas". E o próprio senador, José Sarney, previu, ontem, em Brasília, a realização de eleições diretas em 82, como "decorrência do próprio processo de reformulação partidária". Ele lembrou ainda que o programa de seu partido preconiza a realização de pleito direto para as chefias dos executivos estaduais.

Conforme alguns parlamentares gaúchos, que pediram para não serem identificados, Sarney teria repetido três ou quatro vezes que a reformulação partidária deveria ser iniciada logo, para que o partido do governo pudesse "ganhar as eleições nos governos estaduais em 1986". Além disso, teria explica-

do que a prorrogação dos mandatos municipais manterá o colégio eleitoral "para a Arena ou o partido que a substituir eieger os governadores em 82".

Por outro lado, o deputado e ex-governador Divaldo Suruagy (Arena-AL) esteve, há dias, no Paraná com o governador Ney Braga e dele ouviu o que queria — opinião favorável à extinção dos atuais partidos e o imediato restabelecimento de eleições diretas para governador.

Informou ainda, o ex-governador alagoano, que os seus companheiros — deputados exercendo o primeiro mandato — promovem reuniões periódicas para exame de questões político-partidárias e defendem a tese da imediata restauração do processo direto nas eleições de governador.

Em São Paulo, o senador Franco Montoro, do MDB, afirmou, ontem, que "o País vive num regime de irresponsabilidade", apontando as eleições diretas como a única solução ética, política e constitucional para coibir e impedir os abusos que são praticados nos diversos níveis da administração pública, de que são exemplos as demissões de três ex-governadores nomeados pelos

chamados governos da Revolução: Leon Peres, no Paraná, Cortez Pereira, no Rio Grande do Norte, e, mais recentemente, Harry Amorim, no Mato Grosso do Sul.

No âmbito dos Estados, Montoro fixou-se no exemplo, também recente, da nomeação feita pelo governador Paulo Maluf de "um caloteiro", José Eduardo Prianti, para presidir a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, "elemento desprovido da exigência básica do Banco Central para ocupar cargo de tão alta relevância: idoneidade financeira". O ex-líder da oposição no Senado disse que os exemplos por ele mencionados demonstram que o povo acerta mais nas eleições do que o governo nas designações.

Montoro observou que a grande expectativa do povo é sobre a abertura democrática "por fatos e não por palavras", acrescentando que a primeira exigência para se alcançar esse objetivo é a realização de eleições, que o governo promete mas, "numa linha de absoluta incoerência, ao mesmo tempo, fala em extinção de partidos, prorrogação de mandatos, adiamento de pleitos já marcados e nega apoio às emendas que visam a legitimar os mandatos dos governantes".